

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1º Trimestre de 2021

Resumo

Disclosure da base de preparação e resumo das principais políticas e critérios contábeis adotados pela entidade para reconhecimento e mensuração dos elementos patrimoniais



Giovanna Gomes da Silva
PRESIDENTE DA FUNASA

Bruno Henrique Lins Duarte
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Antônio Jesus Veneroso
COORDENADOR-GERAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA

Evanice Camargo Cardoso
CONTADOR RESPONSÁVEL

EQUIPE TÉCNICA

Jorge Roberto Gabriel
Jair Corado da Silva
Paulo Henrique da Rocha Leite

Setorial de Contabilidade

Hélvio Francer de Moraes
Regina Tenório Luz Silva
Yeda Maria Brito da Silva dos Santos
Maria Sueli Braga

Contatos:

Telefones: (61) 3314-6273 / 6411
E-mail: secon@funasa.gov.br

SUMÁRIO

A ENTIDADE -----	4
INFORMAÇÕES SOBRE A SETORIAL CONTÁBIL -----	5
RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS -----	7
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -----	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -----	10
Balanco Patrimonial -----	10
Demonstração das Variações Patrimoniais -----	23
Balanco Orçamentário -----	30
Demonstração do Fluxo de Caixa -----	34
REFERÊNCIAS -----	39

A ENTIDADE

A Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, órgão executivo vinculado ao Ministério da Saúde – MS, é uma fundação pública federal, com sede em Brasília e representação em todos os Estados Federados, criada pelo [Decreto nº 100, de 16 de abril de 1991](#) e autorizada pela [Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990](#). Em consonância com o [Decreto nº 8.867, de 3 de outubro de 2016](#), a FUNASA é responsável por promover o fomento a soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças, além de formular e implementar ações de promoção e proteção da saúde, integrantes do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

As principais atividades desenvolvidas pela Fundação, com escopo na inclusão social e na melhoria das condições de vida da população mais carente, são:

- Realização de melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas (MHDCD); e
- Viabilização de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) em municípios com população de até 50.000 habitantes, além da realização de melhorias sanitárias domiciliares (MSD).

A FUNASA desenvolve ainda atividades voltadas para a implementação de projetos de coleta e reciclagem de materiais, junto à cooperativas e associações de catadores, para o correto manejo de resíduos sólidos. Além de ações de saneamento básico em áreas rurais de todos os municípios brasileiros, inclusive em comunidades quilombolas e ribeirinhas.

Destaque-se ainda ações preventivas em saúde ambiental para redução dos riscos à saúde humana e até mesmo subsidiando estudo e pesquisa em sua área de atuação, bem como o apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano.

INFORMAÇÕES SOBRE A SETORIAL CONTÁBIL

O órgão setorial de contabilidade da FUNASA é composto por 8 colaboradores, 7 servidores de carreira e um colaborador terceirizado. Desses, apenas 5 têm habilitação para exercer as rotinas e procedimentos de contabilidade, sendo dois Contadores, um Administrador com formação de Técnico de Contabilidade, um Auditor com formação em Ciências Contábeis, um Auxiliar de Contabilidade com formação em Ciências Contábeis, que exerce as vezes de Contador Responsável da entidade desde 2003, e um Técnico de Contabilidade, com formação em Ciências Contábeis.

Em consonância com as competências previstas no art. 8º do [Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009](#), é atribuição da Setorial Contábil (vide art. 33 do [Regimento Interno](#)):

- I. orientar as unidades gestoras, quanto às operações de contabilidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, incluindo os processos relacionados ao encerramento do exercício e abertura do exercício seguinte;
- II. efetuar nas unidades gestoras, quando necessário, registros contábeis que, devido às suas peculiaridades, não puderem ser realizados por estas;
- III. analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras;
- IV. analisar e consolidar os balanços e demonstrações contábeis, declaração do contador e relatórios destinados a compor o processo de Tomada e Prestação de Contas Anual do Ordenador de Despesa;
- V. realizar a conformidade contábil das unidades gestoras da Funasa, dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos;

INFORMAÇÕES SOBRE A SETORIAL CONTÁBIL

- VI. efetuar, no caso de Tomada de Contas Especial, o registro contábil dos débitos apurados e baixa dos responsáveis, bem como a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin;
- VII. apoiar o órgão central ou o órgão setorial dos sistemas de Administração Financeira Federal;
- VIII. apoiar treinamentos na área de contabilidade para as unidades gestoras; e
- IX. aferir os cálculos referentes aos pedidos de reajustes, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados pelo Nível Central, regulamentado por meio de normativo próprio subscrito pelo Diretor do Departamento de Administração.

Deve ser ressaltada a ausência de ferramentas tecnológicas que propiciem a aplicação tempestiva de diversos procedimentos de contabilidade patrimonial, visto que o SIAFI funciona como um grande repositório de dados brutos e não possui ferramentas gerenciais significativas que propiciem a implementação daqueles procedimentos.

RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

BASE DE PREPARAÇÃO

No que tange às bases legal e conceitual, as demonstrações contábeis da Fundação foram elaboradas de acordo com o [Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 8ª Edição](#) e com as normas de contabilidade vigentes no Brasil ([NBC TSP](#)), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, assim como as disposições da [Lei nº 4.320/1964](#), do [Decreto-Lei nº 200/1967](#) e da Lei complementar nº 101/2000.

A *proxy* utilizada para levantamento das informações contábeis e financeiras são os dados do Sistema Integrado e Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que contabiliza a execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras – UG da FUNASA.

Os elementos componentes do patrimônio da entidade e suas variações têm como base de mensuração inicial, de modo geral, o custo histórico (que caracteriza o valor total dispendido/assumido para aquisição, produção ou construção no caso dos ativos; e a importância recebida para assunção da obrigação de pagamento na data de aquisição, para os passivos) e são evidenciados pelo custo corrente ou pelo valor realizável líquido, conforme o caso, na data de elaboração das Demonstrações.

Após o reconhecimento inicial, a entidade adota o método da reavaliação como critério de mensuração subsequente para os elementos do Ativo Imobilizado e do Ativo Intangível, que considera evidências de variação no valor justo dos ativos que justifiquem alterações no seu valor contábil. (MCASP 8ª ed., p. 177).

O reconhecimento das receitas e despesas, sob o enfoque patrimonial, observa as características qualitativas da informação contábil, em especial o princípio da representação fidedigna e o regime de competência, presentes na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, publicada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os critérios adotados para reconhecimento e mensuração dos elementos patrimoniais são os prescritos nas Macrofunções do Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFIweb, de forma a dotar as informações contábeis de verificabilidade e comparabilidade, buscando-se observar, dadas as limitações técnicas inerentes, as disposições contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 8ª Edição e as normas publicadas pelo CFC.

MOEDA FUNCIONAL

A entidade tem como moeda funcional o Real. As disponibilidades mantidas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

REGIME ORÇAMENTÁRIO

Sob o aspecto orçamentário, o reconhecimento das receitas atende ao regime de caixa, ou seja, são registradas contabilmente no momento em que foram efetivamente arrecadadas (art. 35 da [Lei nº 4.320/1964](#)). Quanto ao reconhecimento das despesas orçamentárias, este observa o regime de competência, segundo o qual as transações devem ser registradas no momento do fato gerador da despesa, independentemente do momento das saídas de caixa (Inciso II do art. 50 da [Lei Complementar nº 101/2000](#)).

PERIODICIDADE DO ORÇAMENTO

O orçamento aprovado para a entidade abrange o período de um exercício financeiro, que corresponde ao ano civil de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Assim a receita prevista e a despesa fixada na Lei Orçamentária Anual – LOA se referem a esse período de tempo, conforme prescrito no *caput* do ar. 2º da [Lei nº 4.320/1964](#).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Compreende as Demonstrações Contábeis de Propósito Geral, destinadas a satisfazer às necessidades de informação de usuários que não se encontram em condições de exigir relatórios elaborados para atender às suas necessidades específicas. Os usuários das demonstrações contábeis incluem contribuintes, parlamentares, credores, fornecedores, mídia e empregados, dentre outros.

São demonstrações contábeis aplicáveis ao setor público:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF); e
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Observação: Segundo o MCASP 8ª Edição a DMPL é facultativa para os órgãos e entidades dos entes da Federação, exceto as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedade anônima.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 1 - DISPONIBILIDADES

Compreende o somatório dos dinheiros em caixa, dos saldos de depósitos bancários, assim como as aplicações financeiras de liquidez imediata, avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos no período.

ESPECIFICAÇÃO	1Tri21	4Tri20	AH	AV
Recursos Aplicados	8.719.938,38	9.609.467,73	-9,26%	0,71%
Demais Contas	850.772,97	847.606,30	0,37%	0,07%
Limite de Saque	18.047.160,31	16.480.147,84	9,51%	1,47%
Limite de Saque (Ordem Pagamento)	125.887.615,76	131.824.364,69	-4,50%	10,26%
TOTAL	153.505.487,42	158.761.586,56	-3,31%	12,51%

QUADRO 1.1 – DISPONIBILIDADES (em R\$)
FONTE: SIAFI, 2021

Cumprir destacar que as disponibilidades financeiras da União são movimentadas por meio da Conta Única do Tesouro Nacional, depositadas no Banco Central do Brasil, conforme estabelecido no §3º do art. 164 da [Constituição Federal](#). Em geral, as disponibilidades de caixa da entidade são provenientes da descentralização de recursos financeiros pelo Governo Federal. Pequena parcela decorre da fruição do patrimônio próprio, é o caso dos recursos havidos em razão da alienação de bens, da aplicação de multas contratuais a fornecedores, da aplicação de recursos no mercado financeiro, ou ainda, da restituição de valores por terceiros ou por outros órgãos/entidades do poder público.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A conta “Limite de Saque (Ordem de Pagamento)” reflete os valores vinculados a compromissos liquidados, pendentes apenas do desembolso financeiro. As demais contas representam as disponibilidades financeiras passíveis de manuseio pela entidade.

FONTE DE RECURSOS	1Tri21	4Tri20	AH	AV
Recursos primários de livre aplicação	1.385.773,11	23.203,54	5.872%	0,11%
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	0,00	109.129.840,36	-100%	0,00%
Recursos livres da Seguridade Social	55.724.229,60	19.094.763,32	192%	4,54%
Recursos atividades-fim da Seguridade Social	16.331.326,22	3.613.219,49	352%	1,33%
Restituição de convênios e afins	16.362.721,55	16.362.721,55	0%	1,33%
Demais Fontes de recurso	54.130.725,59	80.764,27	66.923%	4,41%
TOTAL	143.934.776,07	148.304.512,53	-2,95%	11,73%

QUADRO 1.2 – DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS (em R\$)
FONTE: SIAFI, 2021

Os caixas e equivalentes de caixa caracterizam-se pelo alto grau de liquidez e estão sujeitos a um risco pouco significativo de variação de valor e os ganhos de sua aplicação são reconhecidos no resultado patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 2 - CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreende os direitos a receber de curto prazo relacionados decorrentes, principalmente, de: (i) Termos de Execução Descentralizada (TED), (ii) adiantamentos a pessoal; e (iii) créditos apurados em processos administrativos ou de tomadas de contas especiais (TCE).

ESPECIFICAÇÃO	1Tri21	4Tri20	AH	AV
13° Salario - Adiantamento	4.011.479,89	3.709.245,04	8,15%	0,33%
Adiantamento de Férias	124.321,39	546.239,24	-77,24%	0,01%
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	4.854.547,19	4.821.017,29	0,70%	0,40%
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada (TED)	112.014.104,67	111.959.809,89	0,05%	9,13%
Outros Créditos e Valores de Curto Prazo	101.970,90	63.334,34	61,00%	0,01%
TOTAL	121.106.424,04	121.099.645,80	0,01%	9,87%

QUADRO 2.1 – CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (em R\$)
FONTE: SIAFI, 2021

Os créditos e valores de curto prazo são reconhecidos com base no custo histórico e, quando cabível, atualizados monetariamente e acrescidos de eventuais juros/multas incidentes até a data do registro contábil, com impacto no resultado do período, segundo o princípio da competência.

Reconhece-se eventual subavaliação do montante total dos créditos de curto prazo, decorrente da baixa dos Créditos a Receber Por Dano ao Patrimônio devido a modificações na rotina de contabilização pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em atendimento a recomendações contidas no [Acórdão nº 1320/2017 – Plenário](#), do Tribunal de Contas da União – TCU.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nesse sentido, a entidade deu início a estudos com vistas ao desenvolvimento de solução tecnológica para tratamento contábil dos créditos a receber, de forma a propiciar a aplicação dos procedimentos de natureza patrimonial a tais elementos, com a maior brevidade possível.

NOTA 3 – ESTOQUES

Compreende os estoques de materiais mantidos para distribuição gratuita, para consumo nas atividades operacionais, finalísticas ou de suporte administrativo, inclusive aquelas que envolvam a prestação de serviços à sociedade, ou para manutenção de outros ativos da entidade.

Os estoques são reconhecidos pelo custo total de aquisição (custo histórico) e mensurados pelo custo médio ponderado das compras conforme o inciso III do art. 106 da [Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#).

Tratam-se de materiais de uso duradouro e de consumo em almoxarifado, os quais não estão sujeitos à avaliação pelo valor realizável líquido, conforme descrito no [MCASP 8ª edição](#) (pág. 166).

ESPECIFICAÇÃO	1Tri21	
	Vr %	Vr. R\$
Combustíveis e lubrificantes Automotivos	2,80%	202.612,68
Ferramentas	10,33%	746.446,81
Gêneros de Alimentação	1,41%	101.995,63
Material bibliográfico	3,54%	255.605,94
Material de Expediente	11,33%	818.575,95
Material de Limpeza e Higienização	2,68%	193.723,31
Material de tecnologia da informação	12,55%	906.417,82
Material Elétrico e Eletrônico	1,80%	129.818,06
Material Farmacológico	27,07%	1.955.777,86
Material Hospitalar	5,20%	375.370,14
Material Para Manutenção - Imóveis	11,37%	821.549,65
Material Para Manutenção de Veículos	3,28%	237.170,06
Material Químico	1,69%	122.292,79
Outros Materiais De Consumo	4,94%	356.571,59
TOTAL	100,00%	7.223.928,29

QUADRO 3.1 – ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO (em R\$)

FONTE: SIAFI, 2021

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O valor dos itens de estoque é revertido ao resultado patrimonial, segundo o regime de competência, quando efetivamente consumidos nas operações da entidade. Não foram identificadas perdas involuntárias em estoques no período.

NOTA 4 – CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos de crédito em favor da entidade contra terceiros ou outras entidades governamentais, decorrentes de danos ao patrimônio, que são apurados em processos administrativos de cobrança ou em tomadas de contas especiais, assim como outros valores a receber, cuja expectativa de realização seja superior a 12 meses da data das demonstrações contábeis.

Os créditos e valores de longo prazo são reconhecidos com base no valor original atualizado monetariamente e acrescidos de eventuais juros e multas incorridos até a data do registro contábil.

Entende-se que os valores cobrados têm baixa expectativa de recebimento no curto prazo, estando sujeitos à execução judicial e extrajudicial perante a Fazenda Pública. Assim são classificados diretamente no Ativo Realizável a Longo Prazo e, posteriormente, reclassificados para o curto prazo quando houver fatos ou evidências que justifiquem adoção de tal medida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 5 – IMOBILIZADO

Compreende os bens móveis e imóveis pertencentes ou sob controle da entidade, mantidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para apoio administrativo, com expectativa de utilização superior a um exercício.

Incluem-se no ativo imobilizado os elementos provenientes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, os riscos e o controle inerentes a eles, privilegiando a essência das transações econômicas, em detrimento dos enlaces e formas jurídicas a elas inerentes (*true and fair view*).

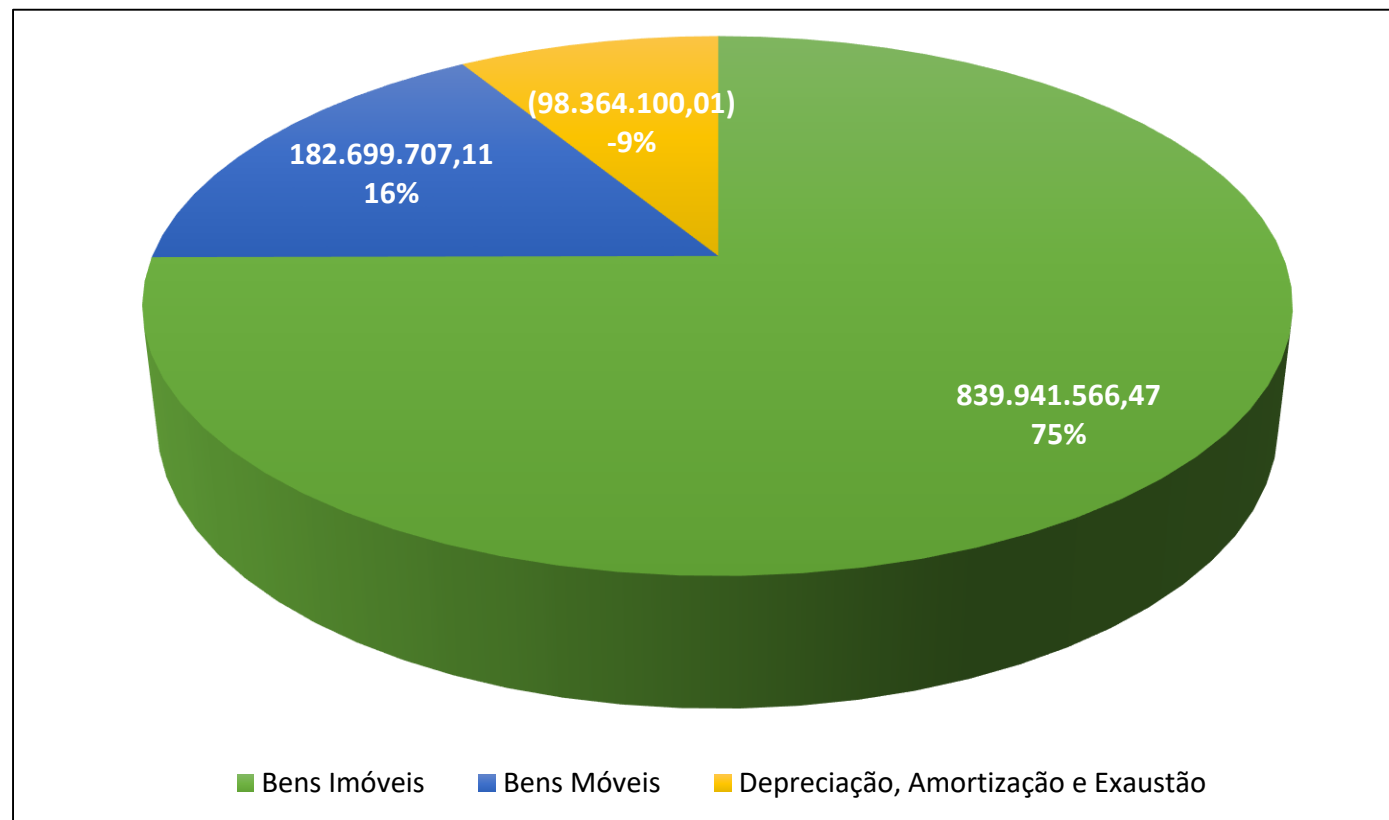


GRÁFICO 5.1 – COMPOSIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO (em R\$)
FONTE: SIAFI, 2021

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BENS MÓVEIS

Compreende os bens com existência material, que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social, a serem consumidos na manutenção das atividades finalísticas ou de suporte administrativo a cargo da Fundação.

Os ativos imobilizados são reconhecidos inicialmente com base no custo total de aquisição, produção ou construção, incluindo os custos adicionais para colocá-los em condição de uso. Após o reconhecimento inicial, os ativos são submetidos à mensuração pelo método da reavaliação e estão sujeitos à depreciação/amortização/exaustão, bem como à redução ao valor recuperável.

A base para cálculo da depreciação, amortização e exaustão é o custo total do ativo imobilizado. O método utilizado para cálculo do encargo é o das quotas constantes, processo no qual são aplicados os parâmetros de valor residual e período de vida útil para cada tipo de ativo, constantes da [Macrofunção 020330 do Manual SIAFI](#).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ESPECIFICAÇÃO	1Tri21	4Tri20	AH	AV
Aparelhos de medição e orientação	2.422.690,79	2.422.690,79	0,00%	0,20%
Aparelhos de comunicação	3.487.865,71	3.480.945,81	0,20%	0,28%
Equipamentos médico-hospitalares	11.008.053,07	11.008.053,07	0,00%	0,90%
Equipamentos Energéticos	3.548.264,11	3.514.767,22	0,95%	0,29%
Máquinas e Ferramentas de Oficina	2.435.011,32	2.423.254,96	0,49%	0,20%
Equip. Agropecuário/Rodoviário	664.765,91	664.765,91	0,00%	0,05%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	11.330.894,20	12.290.609,29	-7,81%	0,92%
Máquinas e Equipamentos Diversos	7.914.479,59	7.906.140,25	0,11%	0,64%
Equipamentos de TIC	49.831.058,11	48.343.817,22	3,08%	4,06%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	5.169.569,98	5.163.022,28	0,13%	0,42%
Mobiliário em Geral	20.771.694,55	20.719.037,58	0,25%	1,69%
Equipamentos de Áudio e Vídeo	1.918.343,78	1.918.173,87	0,01%	0,16%
Veículos em Geral	5.168.187,81	5.168.187,81	0,00%	0,42%
Veículos de Tração Mecânica	45.121.880,40	45.359.741,20	-0,52%	3,68%
Embarcações	4.304.216,50	4.304.216,50	0,00%	0,35%
Importações em Andamento	2.291.037,63	2.291.037,63	0,00%	0,19%
Estoque Interno	2.925.112,71	2.925.112,71	0,00%	0,24%
Bens Móveis a Alienar	520.136,43	520.136,43	0,00%	0,04%
Bens em Poder de Terceiros	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Material De Uso Duradouro	498.264,22	498.264,22	0,00%	0,04%
Demais bens Móveis	1.368.180,29	1.359.460,59	0,64%	0,11%
TOTAL	182.699.707,11	182.281.435,34	0,23%	14,88%

QUADRO 5.2 – DETALHAMENTO DOS BENS MÓVEIS (em R\$)
 FONTE: SIAFI, 2021

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

No que concerne à posição atual dos bens móveis, devido a problemas de ordem operacional do Sistema de Gestão Patrimonial, não é possível afirmar que o Ativo Imobilizado reflete fielmente a realidade do patrimônio da entidade.

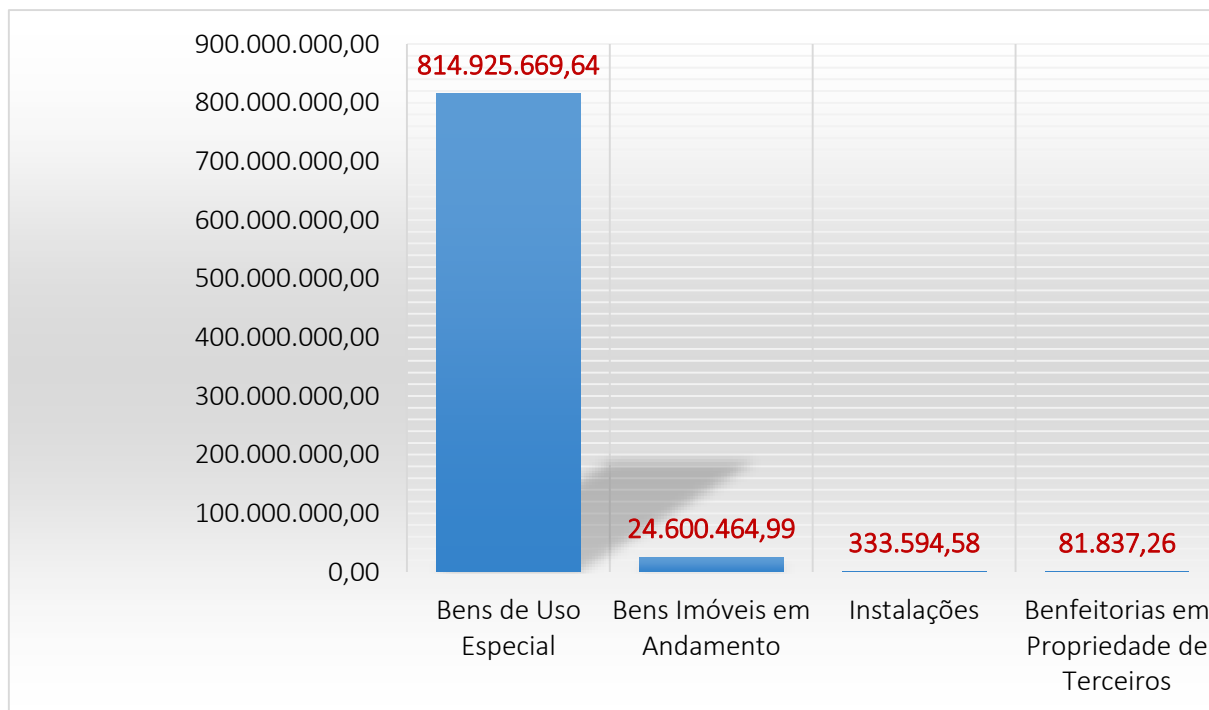


GRÁFICO 5.3 – BENS IMÓVEIS POR CATEGORIA (em R\$)
FONTE: SIAFI, 2021

BENS IMÓVEIS

Compreendem os bens de uso especial, os dominiais/dominicais de propriedade ou sob controle da entidade, assim como os bens e direitos a eles relacionados como instalações, estudos/projetos e benfeitorias em propriedade de terceiros.

Os imóveis da entidade são mantidos e controlados por meio do Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais – SPUnet, cujo administrador é a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, do Ministério da Economia, onde estão dispostos os procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, suas autarquias e fundações públicas federais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

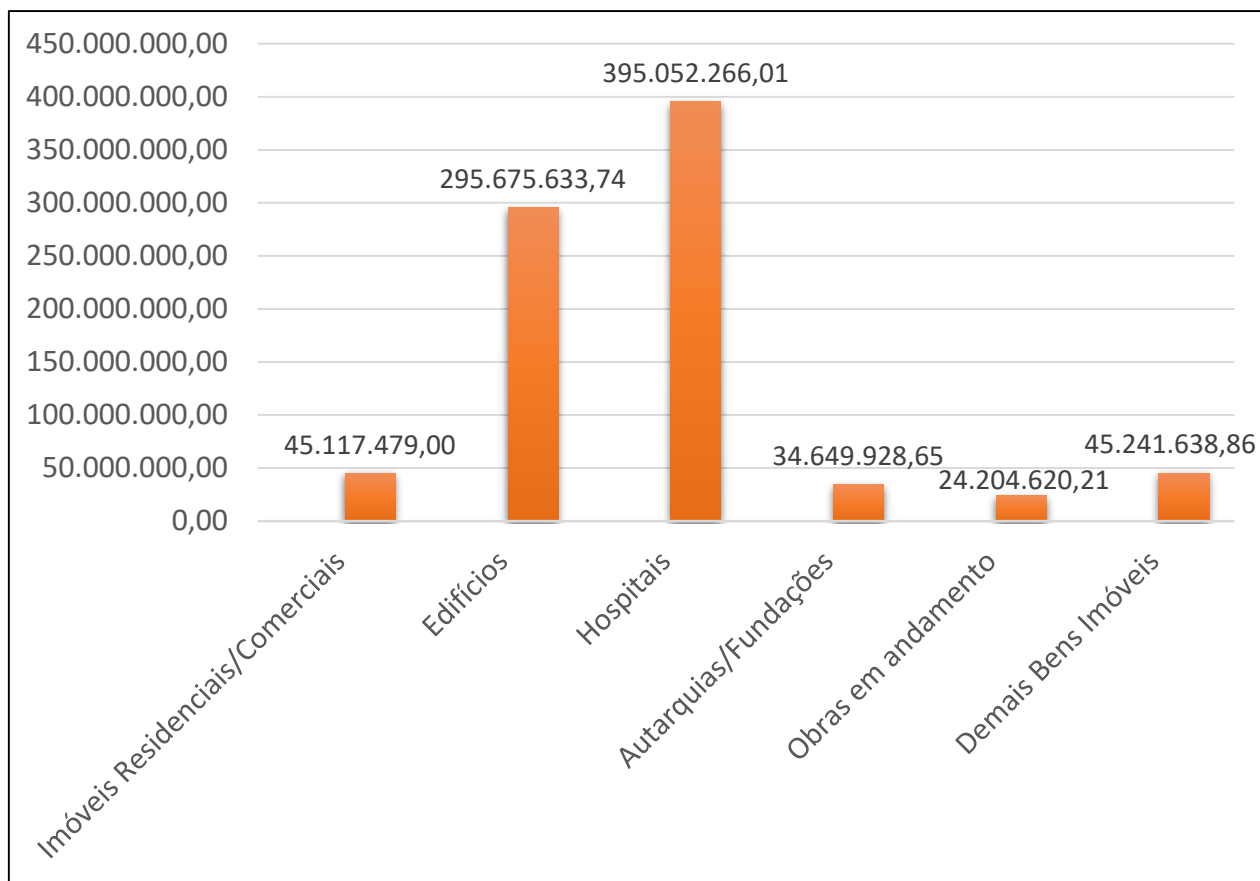


GRÁFICO 5.4 – CLASSIFICAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS (em R\$)
FONTE: SIAFI, 2021

BENS IMÓVEIS

Os procedimentos de atualização, reavaliação, depreciação e redução a valor recuperável têm como base legal a [Lei nº 4.320/64](#), [Lei Complementar nº 101/00](#) e as normas de contabilidade vigentes no Brasil, e estão descritos de maneira mais detalhada no [Manual SIAFIweb](#) e no Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União.

O valor do encargo de depreciação dos bens imóveis é calculado no SPUnet pelo método da Parábola de Kuentzle, cujo reconhecimento ocorre mensalmente, iniciando-se a partir da data em que o ativo estiver em condição de uso.

Os ativos imobilizados são evidenciados no balanço por seu valor líquido contábil, que corresponde ao custo total do ativo reconhecido, deduzida a correspondente depreciação, amortização e exaustão acumulada, bem como as perdas acumuladas por redução a valor recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 6 – INTANGÍVEL

Refere-se aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, softwares especificamente destinados à manutenção dos serviços públicos ou exercidos com tal finalidade. São mensurados pelo custo total de aquisição ou produção, deduzido do saldo da respectiva amortização acumulada (quando com vida útil definida) e estão sujeitos à redução a valor recuperável.

NOTA 7 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊNCIAIS

Compreende os compromissos referentes a salários ou remunerações, bem como os benefícios a empregados ou a servidores, tais como: aposentadorias, reformas, pensões, auxílios ou indenizações, encargos patronais e benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações com vencimento no curto prazo.

ESPECIFICAÇÃO	1Tri21	4Tri20	AH	AV
Salários, Remunerações e Benefícios	99.850.343,99	106.840.692,91	-6,54%	8,13%
Décimo Terceiro Salário a Pagar	22.622.874,26	0,00	100,00%	1,84%
Ferias a Pagar	4.585.600,31	546.239,24	739,49%	0,37%
Precatórios de pessoal	42.183.265,46	41.962.460,12	0,53%	3,44%
Outras obrigações de pessoal	188.794,40	180.830,88	4,40%	0,02%
TOTAL	169.430.878,42	149.530.223,15	13,31%	13,80%

QUADRO 7.1 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS DE CURTO PRAZO (em R\$)
FONTE: SIAFI, 2021

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As obrigações trabalhistas são reconhecidas no resultado do período a que se referem, pelo o regime de competência. A maior parte da despesa reconhecida se refere a salários e benefícios a pessoal.

NOTA 8 – FORNECEDORES NACIONAIS

Compreende as obrigações com fornecedores/credores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis, em razão da aquisição de bens e serviços afetos às atividades finalísticas e de suporte administrativo da entidade.

As unidades administrativas do Amazonas (SUEST-AM) e Brasília (Sede) respondem por mais de 77% do total das obrigações com fornecedores.

Os passivos são reconhecidos com base no valor das prováveis saídas líquidas de caixa a eles inerentes e seus eventuais encargos são apropriados no resultado do período.

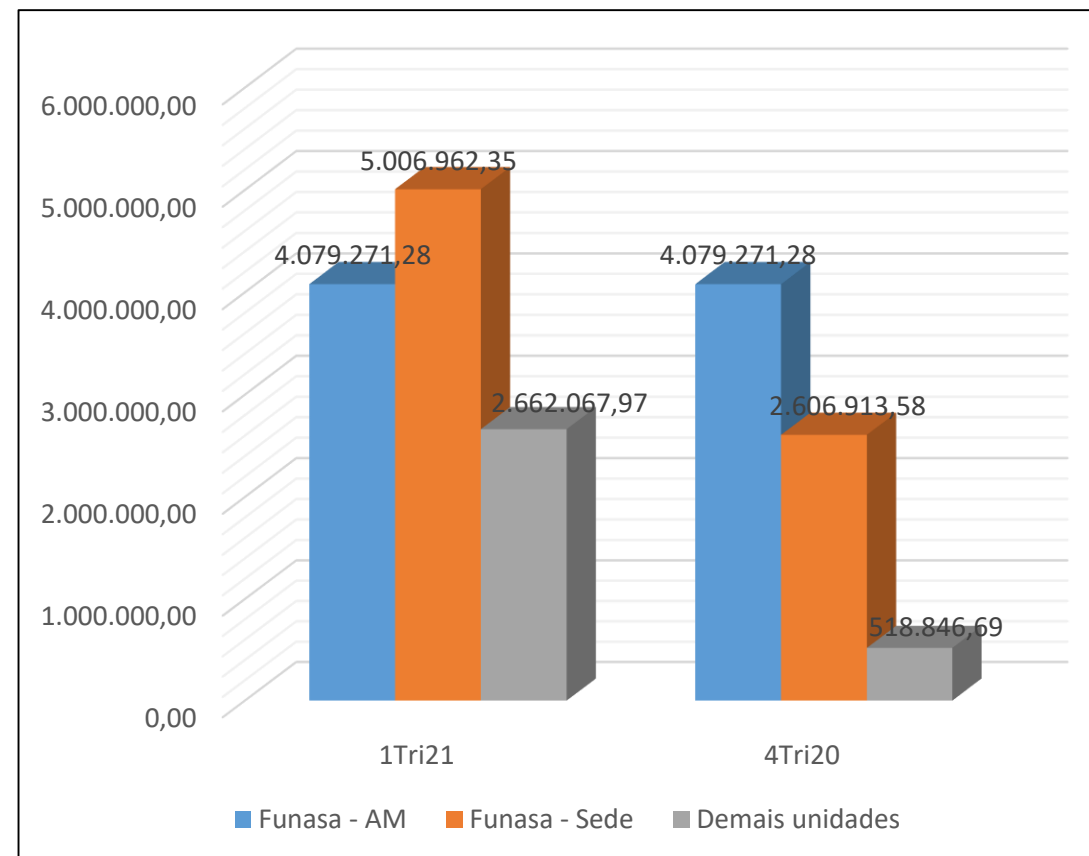


GRÁFICO 8.1 – FORNECEDORES NACIONAIS POR UG (em R\$)
FONTE: SIAFI, 2021

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 9 – DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES DE CURTO PRAZO

Referem-se a obrigações exigíveis em até 12 meses com retenções, consignações, depósitos impostos a recolher, bem como os valores devidos ao Tesouro Nacional, em razão de retenções de pessoal civil, glosas de encargos trabalhistas e os depósitos e cauções não judiciais recebidas.

São compromissos reconhecidos com base no valor original, e não estão sujeitos a juros ou a atualização monetária, sobre os quais a entidade figura como fiel depositário.

NOTA 10 – DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES DE CURTO PRAZO

Compreende as transferências discricionárias a outros entes da Federação ou a outras entidades exigíveis a curto prazo, decorrentes de convênios ou outros instrumento congêneres.

As obrigações decorrentes de retenções, consignações ou valores restituíveis a curto prazo passam compor o grupo “Demais obrigações a curto prazo”.



QUADRO 10.1 – OUTRAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO (em R\$)

FONTE: SIAFI, 2021

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Demonstra as variações ocorridas no patrimônio da entidade, segundo a abordagem da natureza da variação, modelo obrigatório para todos os entes, facultada a publicação adicional segundo o método da função. Por se tratar de uma demonstração dinâmica, ocorre a comparabilidade trimestral.

NOTA 11 - JUROS E ATUALIZAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS

Compreende as variações patrimoniais aumentativas – VPA (receita patrimonial) de juros, encargos de mora e atualizações monetárias incidentes sobre créditos e valores de curto e de longo prazo, assim como as remunerações de aplicações financeiras da entidade, reconhecidas segundo o regime de competência.

ESPECIFICAÇÃO	1Tri21	1Tri20	AH	AV
Repasse Recebido	429.424.158,65	462.448.537,35	-7,14%	84,85%
Sub-Repasse Recebido	12.895.117,77	12.064.106,89	6,89%	2,55%
Transferências Recebidas P/ Pqto. De RP	48.262.489,60	110.527.734,32	-56,33%	9,54%
Doações Recebidas	552,66	119.320,05	-99,54%	0,00%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	195.750,38	208.127,75	-5,95%	0,04%
Demais transferências recebidas	11.344,05	27.909,42	-99,54%	0,00%
TOTAL	490.789.413,11	585.395.735,78	-16,16%	96,98%

QUADRO 12.1 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS (Em R\$)

FONTE: SIAFI, 2021

NOTA 12 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Referem-se às receitas (variações patrimoniais aumentativas) decorrentes da transferência de valores intergovernamentais por meio de repasse, sub-repasse, recursos para honrar restos a pagar assumidos, bem como às doações e demais transferências recebidas de outras entidades públicas ou privadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 13 – GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Compreende os ganhos com reavaliação, alienação e incorporação de ativos, assim como aqueles decorrentes da desincorporação de passivos, que impactam positivamente o patrimônio da entidade, seguindo a lógica do regime de competência.

É importante destacar queda significativa na fruição de patrimônio da entidade em termos de variação de ativos e passivos.

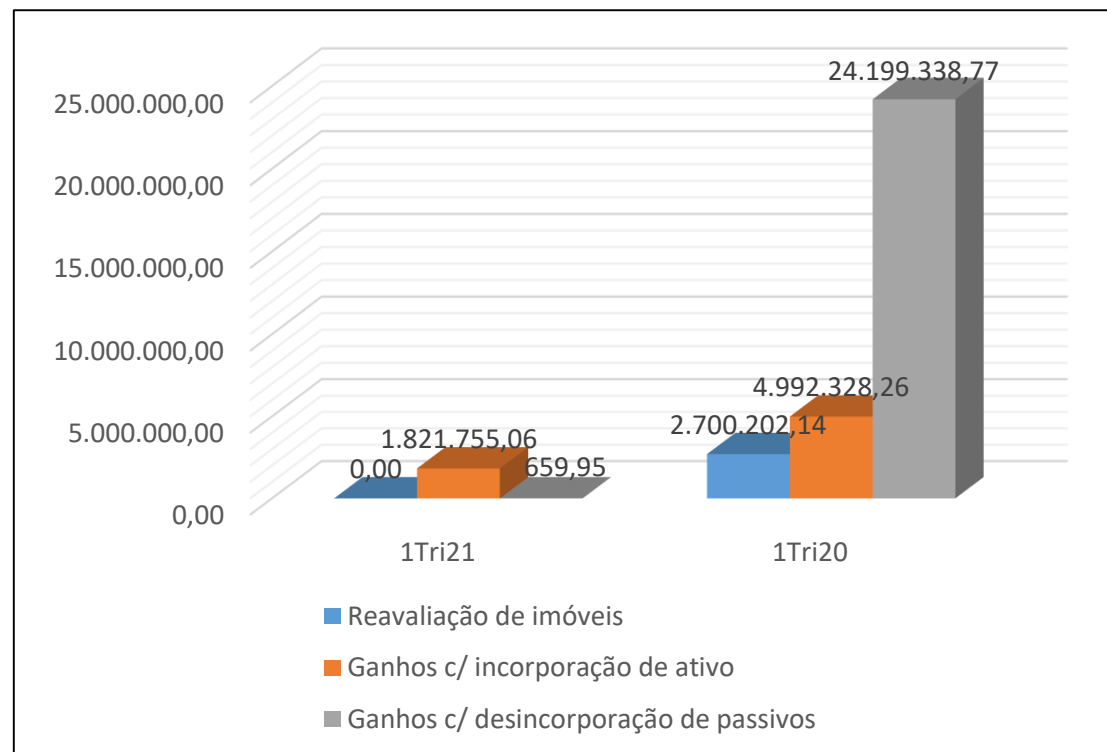


GRÁFICO 13.1 – GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS (em R\$)
FONTE: SIAFI, 2021

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 14 – PESSOAL E ENCARGOS

Registra os gastos tais como: salários, remunerações, benefícios e encargos de natureza patronal relativos a pessoal civil ativo, assim como outras despesas a eles relacionadas.

Especificação	1Tri21	1Tri20	Var. em %
Benefícios a Pessoal	3.520.244,21	3.985.602,99	-11,68%
Encargos Patronais	6.137.382,10	9.741.634,48	-37,00%
Outras Despesas de Pessoal	1.164.308,38	216.058,27	438,89%
Remunerações	52.742.851,62	59.524.707,33	-11,39%
TOTAL	63.564.786,31	73.468.003,07	-13,48%

QUADRO 14.1 – EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS (em R\$)

FONTE: SIAFI, 2021

Destaque para a redução dos gastos com benefícios a pessoal muito em razão da adoção do home office por parte da força de trabalho da instituição e da suspensão de viagens, o que culminou na redução dos gastos com diárias e passagens.

ESPECIFICAÇÃO		1Tri21	1Tri20	AH	AV
Aposentadorias e Reformas	Proventos	179.098.774,66	177.401.516,23	0,96%	35,39%
	Gratificações	12.907.833,85	20.302.543,64	-36,42%	2,55%
	13º Salário	11.112.098,68	11.091.787,82	0,18%	2,20%
	Outras despesas com aposentadoria	995.253,78	1.724.797,68	-42,30%	0,20%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	Auxílio Funeral	761.981,99	385.258,17	97,78%	0,15%
	Auxílio Natalidade	659,25	659,25	0,00%	0,00%
	Assistência à Saúde	6.344.130,56	7.081.534,87	-10,41%	1,25%
Pensões	Pensões Civis	156.755.045,45	154.457.555,96	1,49%	30,97%
	13º Salário - Pensionistas	8.657.187,37	4.288.575,77	101,87%	1,71%
	Outros gastos com pensionistas	175.960,08	228.881,77	-23,12%	0,03%
TOTAL		376.808.925,67	376.963.111,16	-0,04%	74,46%

QUADRO 15.1 – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS/ASSISTENCIAIS (em R\$)

FONTE: SIAFI, 2021

NOTA 15 – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS/ASSISTENCIAIS

Compreende os gastos com aposentadorias e pensões, assim como benefícios assistenciais e previdenciários incorridos até o final do primeiro trimestre de 2021, inclui os colaboradores vinculados ao RPPS¹ e ao RGPS².

¹Regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos (RPPS)

²Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 16 – CONSUMO DE BENS, SERVIÇOS E CAPITAL FIXO

Referem-se às despesas decorrentes do consumo de bens e serviços adquiridos, bem como a despesas com depreciação, amortização e exaustão, reconhecidos até 31 de março de 2021.

Tais elementos são reconhecidos no resultado do período segundo o regime de competência, independentemente dos prováveis impactos de caixa deles provenientes, caso existam.

É importante pontuar que houve uma redução de 13,4% nos gastos incorridos até final do quarto trimestre, em comparação ao desempenho obtido no mesmo período do exercício anterior.

NOTA 17 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

Compreende as variações patrimoniais diminutivas em decorrência de transferências financeiras a entidades públicas ou privadas, no Brasil e no exterior.

As transferências intragovernamentais compreendem as transações entre entidades pertencentes à mesma esfera governamental e integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do ente federado transferidor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os repasses intergovernamentais, por sua vez, são aqueles cujo ente ou entidade recebedora pertence à estrutura administrativa de ente federado diverso.

As demais operações assemelhadas dizem respeito a liberações de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos para que estas executem determinada política de interesse público.

As transferências intragovernamentais (em favor de entidades privadas sem fins lucrativos) correspondem a aproximadamente 63% dos repasses executados pela entidade.

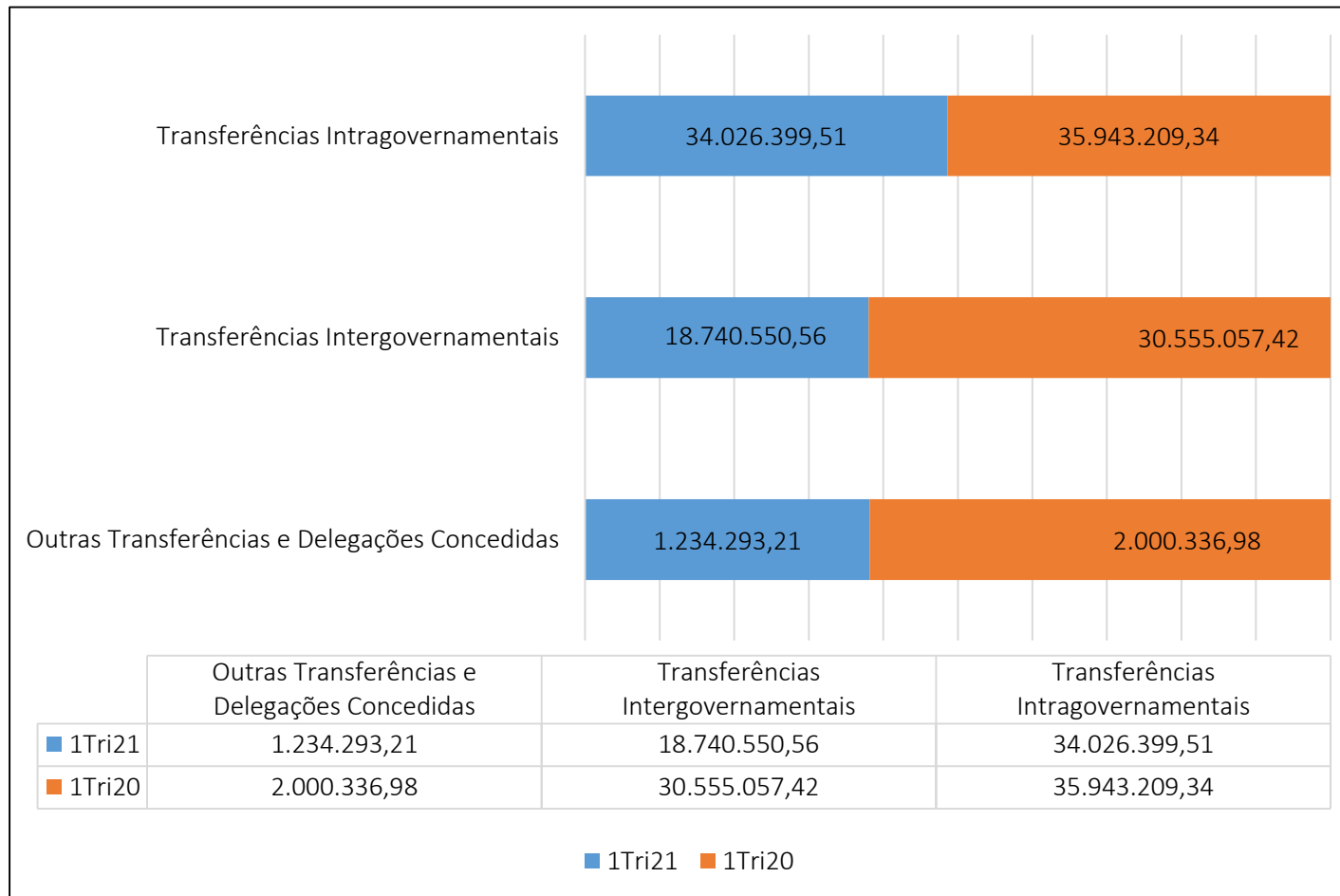


GRÁFICO 17.1 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS (em R\$)

FONTE: SIAFI, 2021

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

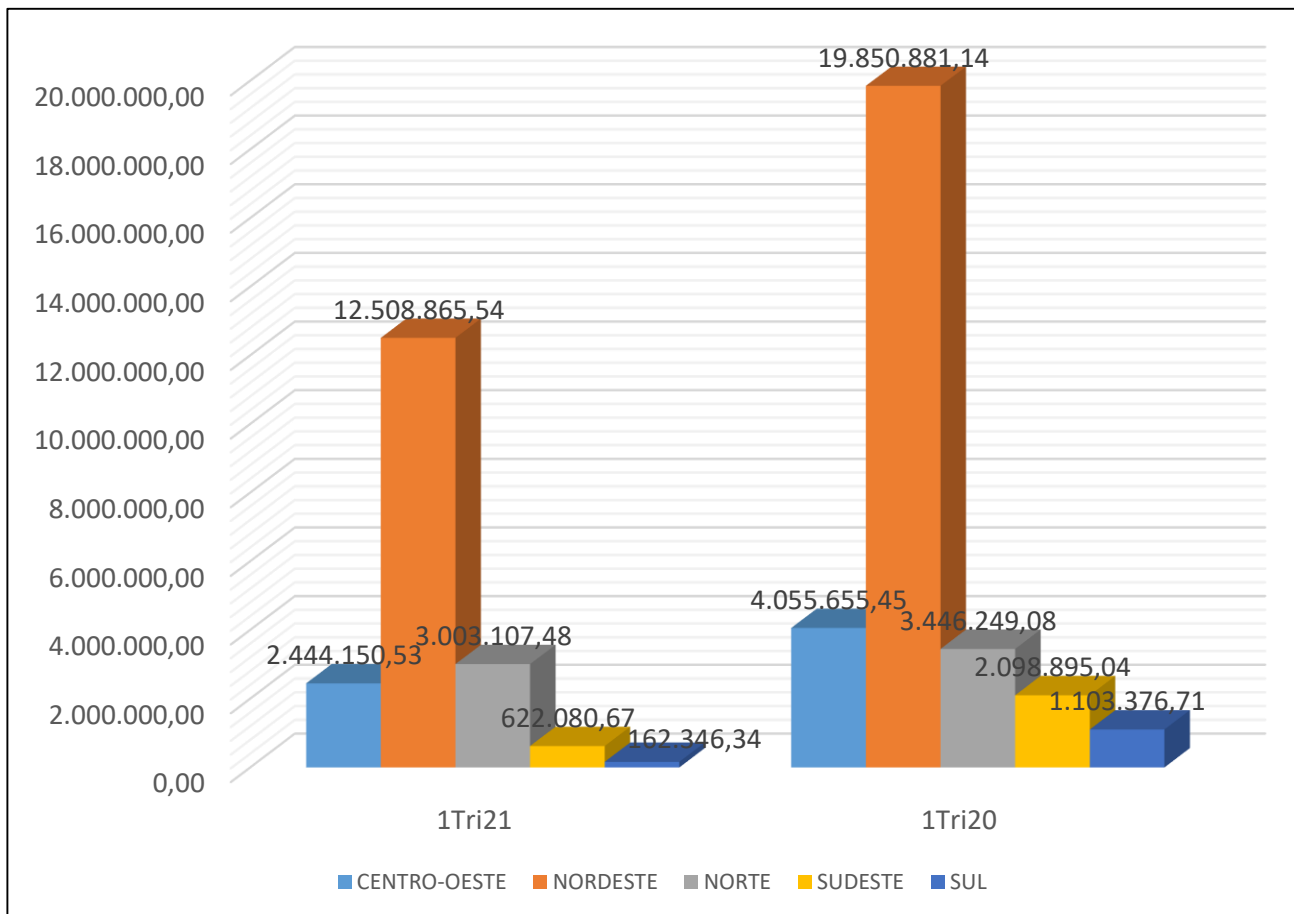


GRÁFICO 17.2 – TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS POR REGIÃO (em R\$)

FONTE: SIAFI, 2021

Observou-se ainda uma queda de 38,67% no volume de recursos transferidos até o final do 1º trimestre 2021, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Tal desempenho guarda relação com o atual cenário de restrição orçamentária, decorrente do contexto econômico em função da pandemia do COVID-19.

É importante destacar que 67% dos investimentos realizados até 31 de março de 2021 se concentraram na região Nordeste, muito embora, tenha havido redução de 37% no montante de recursos destinados à região.

As transferências financeiras são reconhecidas no passivo patrimonial com contrapartida no resultado do período, segundo o regime de competência.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 18 – DESVALORIZAÇÃO DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Compreende as perdas involuntárias, as perdas com desreconhecimento de ativos e com a assunção de obrigações, assim como aquelas decorrentes da alienação e da reavaliação de ativos.

ESPECIFICAÇÃO	1Tri21	1Tri20	AH	AV
Perdas com reavaliação de ativos	0,00	66.358,50	-100,00%	0,00%
Desincorporação de Ativos	1.657.342,05	1.497.418,58	10,68%	0,33%
Incorporação de Passivos	1.764.360,56	246.775,32	614,97%	0,35%
Perdas Involuntárias	0,00	2.813,48	-100,00%	0,00%
TOTAL	3.421.702,61	1.813.365,88	88,69%	0,68%

QUADRO 18.1 – DESVALORIZAÇÃO DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE ATIVOS (em R\$)
FONTE: SIAFI, 2021

NOTA 19 – RESULTADO DO PERÍODO

A FUNASA apresentou déficit patrimonial da ordem de 15,7 milhões de reais ao final do primeiro trimestre de 2021, ou seja, uma queda de 100,2 milhões de reais em comparação ao mesmo período do exercício anterior, onde houve superávit de 84,5 milhões de reais. Isso decorre, principalmente, da redução significativa no valor das receitas auferidas até 31 de março de 2021, sobretudo no volume de transferências recebidas e na valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEFINIÇÃO

O Balanço Orçamentário - BO tem por escopo demonstrar o desempenho orçamentário da entidade por meio da comparação entre os valores das receitas e das despesas orçadas para o exercício financeiro e os valores efetivamente realizados, assim como as eventuais variações nos valores previstos e fixados e, por conseguinte, o resultado do período (superávit ou déficit orçamentário).

CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO

As receitas orçamentárias são detalhadas por categoria econômica e origem, especificando os montantes da previsão inicial, da previsão atualizada para o exercício, da receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou à insuficiência de arrecadação. As despesas, por seu turno, são classificadas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa, discriminando os valores da dotação inicial, da dotação atualizada para o exercício, das despesas empenhadas, das liquidadas, das despesas pagas e o saldo da dotação.

NOTA 22 – RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Compreende as receitas orçamentárias decorrentes da aplicação de recursos no mercado financeiro, de indenizações/ressarcimentos da alienação de bens, entre outras.

No tocante à execução das receitas orçamentárias do primeiro trimestre do exercício de 2021, dada a ausência de Lei Orçamentária Anual até o encerramento do primeiro trimestre de 2021, não consta previsão inicial da receita, limitando a execução às transferências recebidas do órgão central de programação financeira da União à conta de duodécimos do orçamento do exercício de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

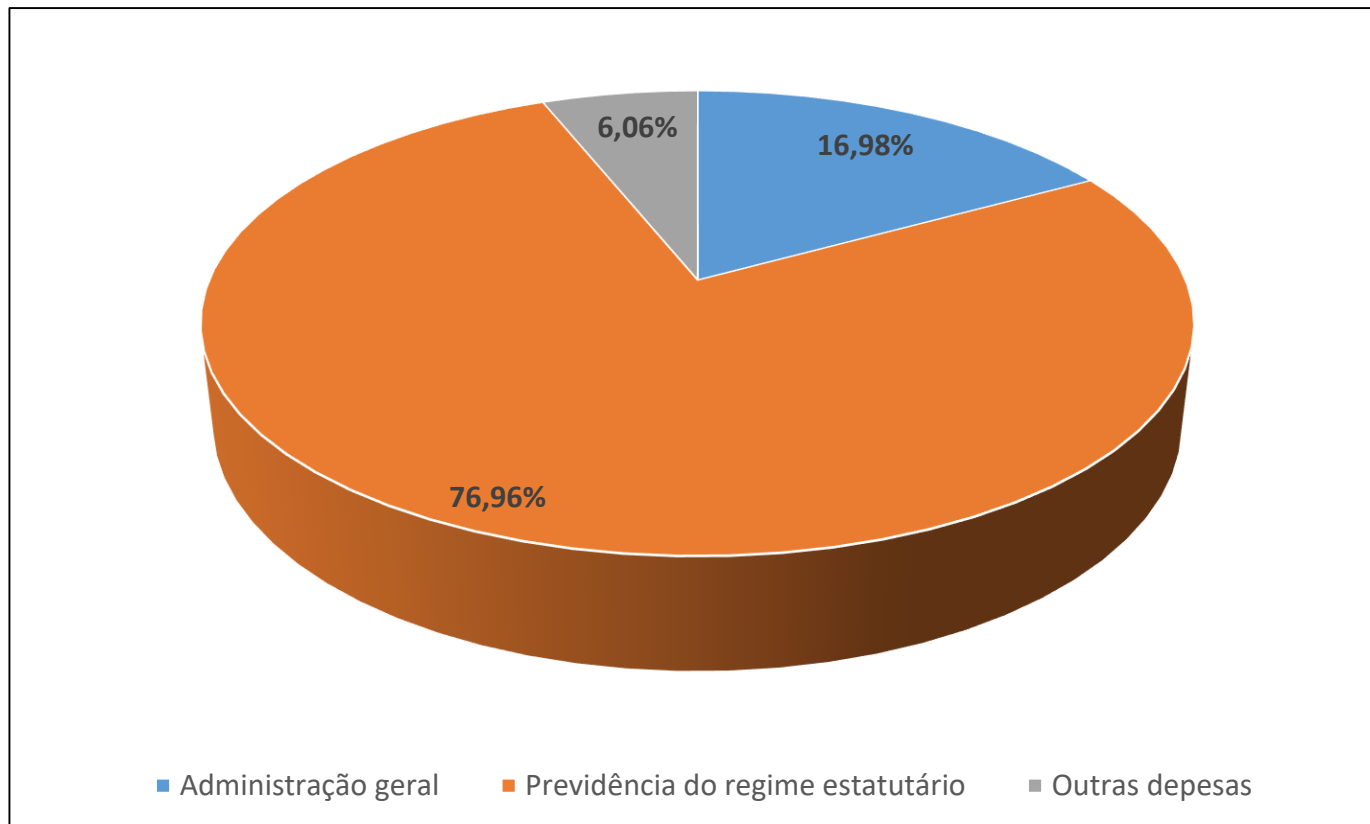


GRÁFICO 23.1 – DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA (em R\$)
FONTE: SIAFI, 2021

NOTA 23 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Compreende as despesas empenhadas até 31 de março de 2021 pendentes ou não de liquidação e/ou pagamento. Embora não coincida com o conceito de competência aplicável à contabilidade patrimonial, considera-se despesa do exercício financeiro aquela nele legalmente empenhada, independentemente do exercício no qual ocorra a liquidação e ou pagamento da despesa – fluxo financeiro do gasto público (inciso II do Art. 35 da referida lei e inciso II do Art. 50 da [Lei Complementar nº 101/00](#)).

O empenho da despesa configura, na prática, a reserva de dotação da lei orçamentária vigente para a realização de determinado gasto ou despesa, o qual cria para o ente obrigação de pagamento para a entidade, pendente ou não de implemento de condição (Art. 58 da [Lei nº 4.320/1964](#)).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na fase da liquidação, por seu turno, se verifica o efetivo direito de crédito contra a entidade, em razão efetiva entrega dos ou serviços contratados (Art. 63 da [Lei nº 4.320/1964](#)). Assim, o quadro abaixo demonstra a composição da despesa liquidada (pendente ou não de desembolso financeiro) por programa de governo no 1º trimestre de 2021.

PROGRAMA GOVERNO	1Tri21	1Tri20	Var. em %
Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	427.707.187,57	442.370.065,07	-3,31%
Saneamento Básico	252.591,59	2.011.666,61	-87,44%
Gestão e Organização do SUS	114.604,55	216.688,99	-47,11%
Vigilância em Saúde	0,00	5.242,42	-100,00%
Outros Encargos Especiais	240.107,49	226.770,99	5,88%
Total	428.314.491,20	444.830.434,08	-3,71%

QUADRO 23.2 – DESPESA LIQUIDADADA POR PROGRAMA DE GOVERNO (em R\$)

FONTE: SIAFI, 2021

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 24 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Reflete as movimentações dos Restos a Pagar não Processados (RPNP) inscritos ao final de 2020 e reinscritos de exercícios anteriores, inclusive os saldos liquidados, cancelados ou pagos até o final do primeiro trimestre de 2021.

SUBFUNÇÃO DE GOVERNO	CANCELADOS	A LIQUIDAR	LIQUIDADOS	PAGOS
Administração Geral	2.153.700,16	148.620.190,93	5.840.621,92	5.822.658,26
Tecnologia da Informação	252.263,95	35.815.891,53	3.045.520,34	2.667.246,58
Atenção Básica	0,00	1.852.056,90	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	2.093.406,00	51.947.134,96	278.429,46	80.224,08
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	1.897.080,91	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	3.516.100,67	497.396.205,22	15.534.747,81	11.071.081,30
Saneamento Básico Urbano	10.380.939,89	1.271.732.931,09	32.250.643,03	9.524.796,95
Preservação e Conservação Ambiental	3.235.105,26	51.728.649,81	234.204,18	114.404,18
Outros Encargos Especiais	0,00	2.318.193,94	0,00	0,00
Outras despesas	0,00	610.802,75	26.302,23	23.932,23
TOTAL	21.631.515,93	2.063.919.138,04	57.210.468,97	29.304.343,58

QUADRO 24.1 – EXECUÇÃO DOS RPNP POR SUBFUNÇÃO DE GOVERNO (em R\$)
FONTE: SIAFI, 2021

Os RPNP compõem o resultado financeiro do período (superávit/déficit) apurado no Balanço Patrimonial, embora sejam despesas orçamentárias de exercícios anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os restos a pagar compõem o passivo financeiro do balanço patrimonial, segundo o disposto na [Lei nº 4.320/64](#), que caracteriza as despesas que não dependem de autorização legislativa para sua realização ou que já obtiveram tal autorização no passado (diga-se empenho da dotação). Tal que esta concepção não se confunde com a definição ou com a composição do passivo patrimonial da entidade.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (DFC)

Demonstra as entradas e saídas de caixa da entidade, classificando-as em três fluxos: Atividades Operacionais, Atividades de Investimento e Atividades de Financiamento, e evidencia o saldo final de caixa ao final do período contábil.

Para as entidades do setor público, a DFC deve ser obrigatoriamente elaborada pelo método direto, que evidencia as efetivas alterações em contas de caixa e equivalentes de caixa durante o período contábil de referência.

FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Caracteriza os fluxos de caixa decorrentes das operações normais da entidade, tais como recebimento de tributos, entradas de caixa pela venda de mercadoria/serviços, pagamento de fornecedores, de pessoal, amortização de empréstimos, entre outros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 25 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

Compreende ingressos de recursos financeiros decorrentes da descentralização realizadas pelo Órgão Superior de Programação Financeira, assim como as movimentações dos saldos patrimoniais sob o controle da entidade.

ESPECIFICAÇÃO	1Tri21	1Tri20	Var. (%)
Repasso recebido	429.424.158,65	462.448.537,35	-7,14%
Sub-repasso recebido	12.895.117,77	12.064.106,89	6,89%
Sub-repasso devolvido	0,00	8.934,28	-100,00%
Transferências recebidas para pgto. de RP	48.262.489,60	110.527.734,32	-56,33%
Demais transferências recebidas	11.344,05	18.975,14	-40,22%
Movimentações de saldos patrimoniais	195.750,38	208.127,75	-5,95%
Total	490.788.860,45	585.276.415,73	-16,14%

QUADRO 25.1 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (em R\$)
FONTE: SIAFI, 2021

As transferências financeiras representam quase 98% das entradas de caixa no período de referência, no fluxo das atividades operacionais da entidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

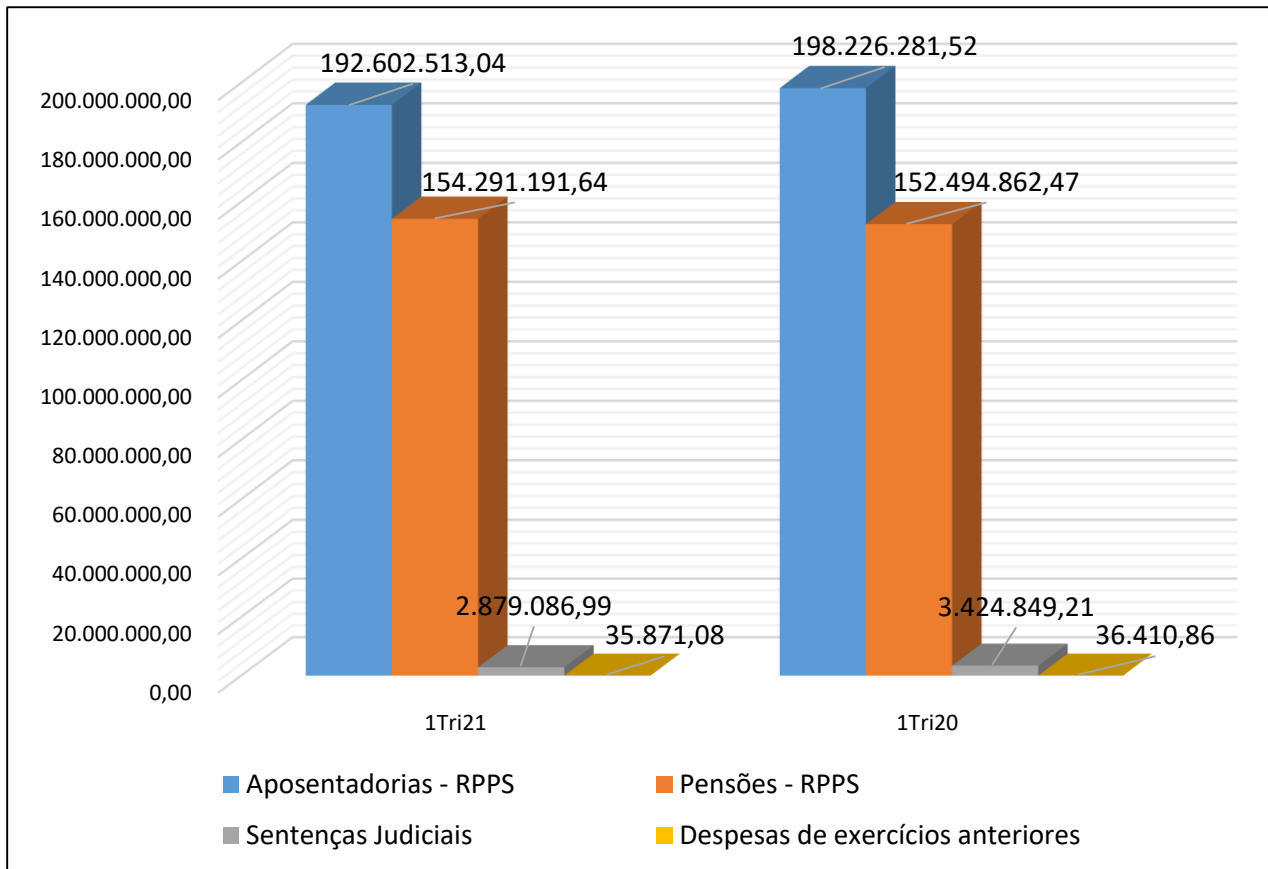


GRÁFICO 26.1 – DESEMBOLSOS COM PESSOAL INATIVO (em R\$)
FONTE: SIAFI, 2021

NOTA 26 – DESEMBOLSOS PESSOAL INATIVO

Compreende as saídas de caixa decorrentes de pagamentos de benefícios de aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência Social do Servidor Público Federal (RPPS), ocorridas até o final do 1º Trimestre de 2021.

Convém mencionar que os gastos com inativos representam a maior despesa com impacto sobre fluxo de caixa da instituição, alcançando cifras quatro vezes maiores que os gastos de manutenção da entidade e 13 vezes o montante das transferências concedidas, vinculadas à atividade-fim.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 27 – DESEMBOLSOS GERAIS

Compreende as saídas de caixa em geral decorrentes de operações tais como vencimentos e vantagens de pessoal ativo e aquisição de bens e serviços, ocorridas até o final do 1º Trimestre de 2021.

Com destaque para a redução de 9,9% e 23,5% nos gastos com indenizações a pessoal e passagens, respectivamente, em função da adoção do *home office* e da restrição de viagens a trabalho no período da pandemia.

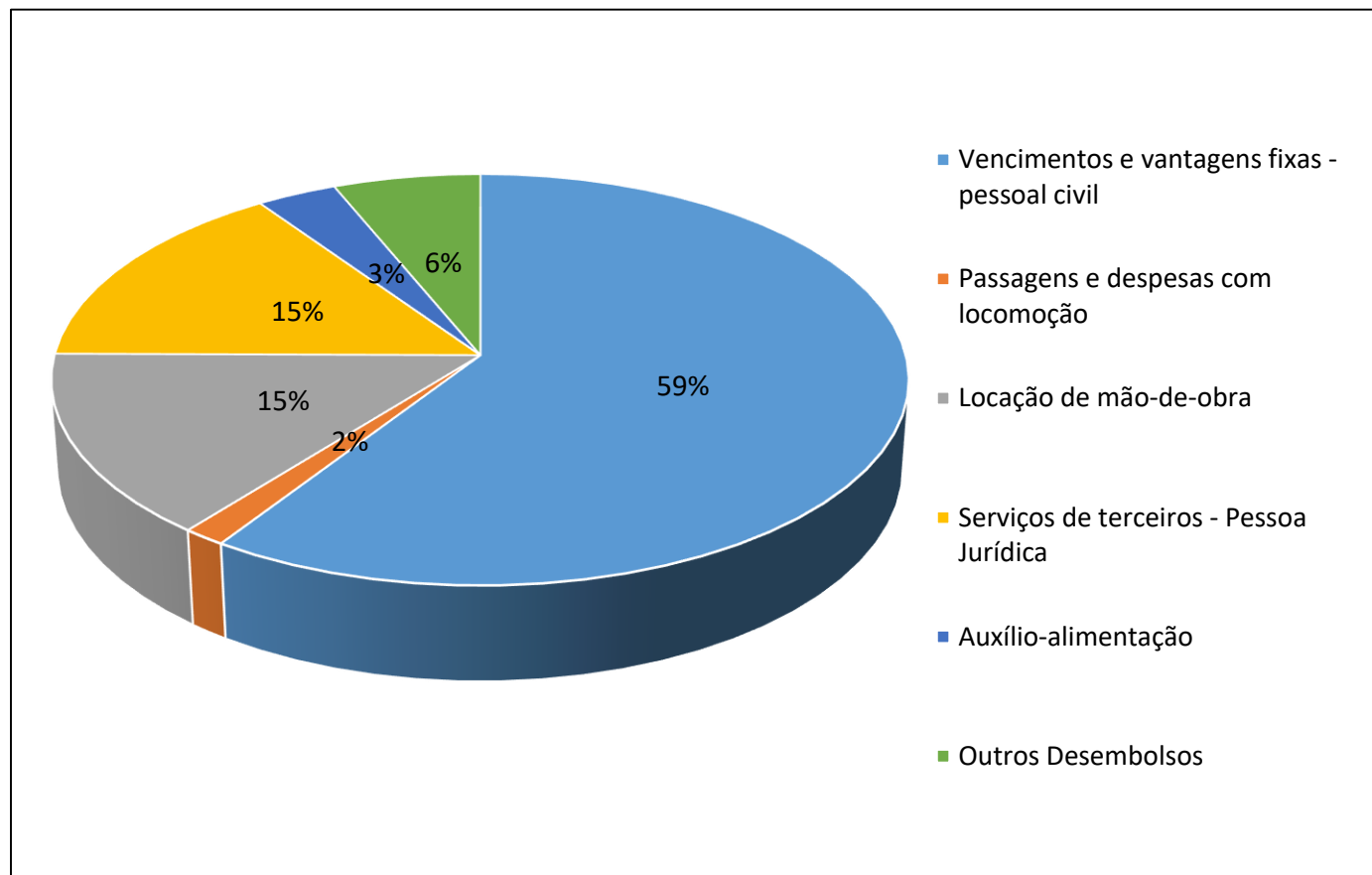


GRÁFICO 27.1 – DESEMBOLSOS GERAIS (em R\$)

FONTE: SIAFI, 2021

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 28 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS

Compreende as saídas de caixa decorrentes de transferências a Estados e Municípios na forma convênios ou instrumentos congêneres, ou ainda, transferências a outras entidades privadas sem fins lucrativos.

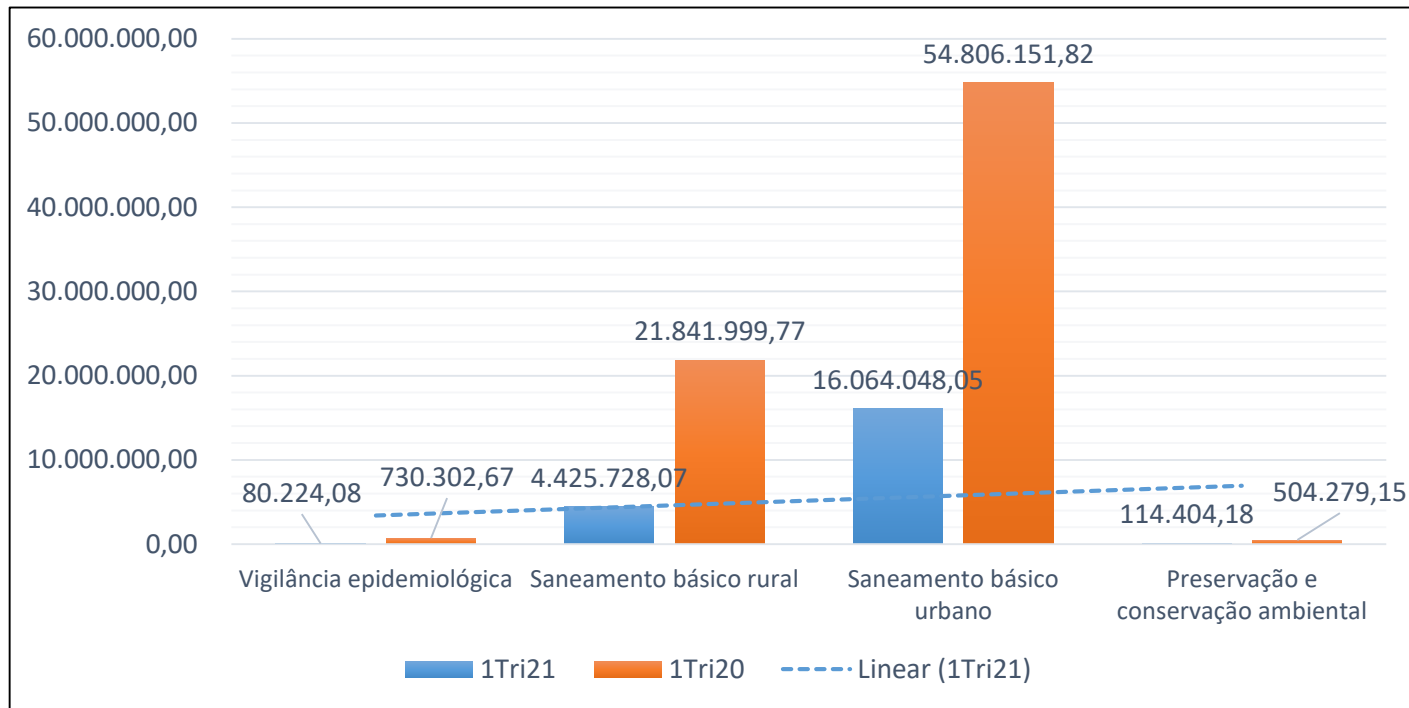


GRÁFICO 28.1 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (em R\$)
FONTE: SIAFI, 2021

REFERÊNCIAS

- ❑ NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (NBC TSP).
- ❑ MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (MCASP).
- ❑ MANUAL DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL.
- ❑ BASE DE DADOS – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI).